



## **GÊNERO E PODER NO INTERIOR DO SINDICATO DE TRABALHADORES (AS) RURAIS: O CASO DO SINDICATO DE FRANCISCO-SÁ/MG**

Wanderléia Alves dos Santos<sup>1</sup>  
Sarah Jane Alves Durães<sup>2</sup>

Uma maior visibilização da presença feminina em espaços públicos<sup>3</sup> da sociedade brasileira pôde ser sentida a partir do final da década de 1980, impulsionados pelos Movimentos feministas/Mulheres, que permitiram a mulher sair do anonimato – espaço privado<sup>4</sup> - e se inserir no espaço público. Uma inserção que requer mudanças de comportamentos e construção de novos paradigmas tanto para as mulheres que agora se inscrevem de forma direta na história, quanto para os homens envolvidos no mesmo contexto, como afirma Scott (1990, p.73), “inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquele que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas”, uma mudança que permite à mulher criar uma nova identidade e desfrutar de *sensações* antes permitidas apenas ao sexo masculino.

Esse novo contexto vai exigir também, uma nova concepção para o termo gênero, agora numa perspectiva que designa não apenas a sexualidade, mas também as relações que se estabelecem nas diversas categorias sociais, como afirma Scott, (1990, p.76) “que o uso do “gênero” enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade, refere-se àquelas áreas, tanto estruturais quanto ideológicas, que envolvem as relações entre os sexos.” Esta concepção nos permite inferir que a criação do conceito de gênero teve a finalidade de deslocar o foco das relações entre os homens e as mulheres para o social - antes concebidas no campo do biológico e conseqüentemente vistas como naturais, contribuição esta que nos permite analisar o processo de participação da mulher trabalhadora rural em espaços como sindicatos/associações de representação da categoria. Espaços que podem permitir, ou não, a visibilização dessas trabalhadoras enquanto sujeitos sociais.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros/MG.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora da Universidade Estadual de Montes Claros/MG.

<sup>3</sup> Uma representação simbólica do masculino - espaços considerados inerentes à “natureza” masculina.

<sup>4</sup> Uma representação simbólica do feminino - espaços considerados inerentes à “natureza” feminina. Apesar de que, ao se excluir a gestação e a lactação não há nenhum determinante biológico que se refira à atribuição do espaço doméstico à mulher.



Nesta perspectiva, buscaremos apresentar alguns pontos da trajetória de organização e inserção das trabalhadoras rurais nos sindicatos/associações, processo que precisou romper com alguns aspectos que a sociedade naturalizou e tornou possível assegurar a perpetuação de relações assimétricas entre homens e mulheres traduzidas numa submissão paradoxal que marcou a história das mulheres em toda sua trajetória. É nesta perspectiva de “ruptura” que buscamos analisar a trajetória das mulheres trabalhadoras rurais ao longo de sua história. Uma história em que sempre esteve presente ajudando a construir, mas cuja visibilização só foi possível com a participação nos sindicatos/associações, específicos da classe. Espaço onde buscamos analisar também, alguns aspectos das relações de poder ali estabelecidas.

### *O surgimento do movimento de trabalhadoras rurais<sup>5</sup> no Brasil – breve contextualização*

O movimento de mulheres rurais está situado no contexto da abertura democrática da década de 1980, e não ocorre de forma isolada, está inserida na consolidação do movimento feminista e de mulheres no Brasil, trazendo à tona, a luta por uma maior presença feminina nas esferas formais do poder, dada sua importante participação nas lutas pelo retorno da democracia. Neste período, um grande número de medidas, com o objetivo de garantir direitos às mulheres é defendido tanto pela sociedade civil<sup>6</sup>, quanto pela classe política. Esta inserção política deu um novo ânimo aos movimentos sociais de mulheres, uma vez que havia a expectativa de que uma quantidade maior de direitos fosse incorporada no âmbito da política formal, e conseqüentemente concedido às mesmas, num processo em que as mulheres se empoderaram, mas um poder como forma produtiva e afirmativa, que afirma, reconhece e valoriza, como afirma Lagarde (1996). A mesma autora, numa perspectiva desconstrucionista defende que uma nova concepção de poder a partir da realidade das mulheres, o empoderamento, implica na inversão dos mecanismos de poder patriarcais<sup>7</sup> fundados na opressão e na mudança de normas, crenças, mentalidade, usos e costumes, práticas sociais e conquista dos direitos da mulher. Uma concepção que para Deere (2002), nos leva a pensar o poder

---

<sup>5</sup> Quando usamos o termo “trabalhadora rural” estamos nos referindo a mulheres que em sua maioria não possui terra para produzir ou possui pequena quantidade que mal permite a reprodução social, que utilizam a força de trabalho familiar para a sobrevivência e que se inserem no mercado de forma subalterna.

<sup>6</sup> Termo utilizado tendo como significado, a representação de como os interesses e os valores da cidadania se organiza em cada sociedade para direcionamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.

<sup>7</sup> Patriarcado – entendido aqui como organização hierárquica da sociedade necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar – esfera privada - e na lógica organizacional das instituições políticas – esfera pública – construída a partir de um modelo masculino de dominação.



em outra perspectiva, que além de transformar as relações de gênero, é também uma precondição para que a igualdade social aconteça.

Neste contexto, de acordo com Carneiro (1994), a participação de mulheres em movimentos sociais no campo toma uma característica singular na década de 80 quando são realizados os primeiros encontros voltados para problemas que lhes são específicos, mas cuja visibilização só irá ocorrer no final da década de 1990, quando a organização das trabalhadoras estimula suas lideranças a pensar sobre as desigualdades de gênero, e, construir um novo olhar, a partir do qual as trabalhadoras começam a discutir sobre a invisibilidade<sup>8</sup> do seu trabalho na agricultura familiar, e percebem que as atividades produtivas desenvolvidas no grupo familiar têm um significado econômico não são simplesmente uma ajuda como tratado até então.

Portanto, a participação das trabalhadoras em movimentos sociais funciona como espaço de aprendizagem do jogo político, cuja assimilação vai se dando no próprio exercício da luta, participando, discutindo, negociando, a partir da sua condição/posição<sup>9</sup> na sociedade. Luta esta facilitada, de acordo com Sales (2007), por um maior envolvimento das trabalhadoras rurais em encontros, seminários, campanhas sobre violência contra mulheres, sobre mortalidade materna e sobre direitos constitucionais, que se intensifica na década de 1990, quando tem início um período de adesão das instituições contrárias às desigualdades de gênero, com o enfoque na mulher, como a igreja católica, através das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, numa dinâmica que, como afirma Souza-Lobo (1991), passa a envolver mudanças de comportamento e produção de novos paradigmas.

O sindicalismo nasce no Brasil no final do século XIX. Momento em que o trabalho escravo é substituído pelo trabalho assalariado, e as atividades industriais já haviam se iniciado no país - São Paulo/Rio de Janeiro - constituindo um incipiente mercado interno onde, segundo Antunes (1986), surgiram as primeiras lutas operárias no país.

Em se tratando da luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida, temos que vários movimentos populares se organizaram, e um desses são as Ligas Camponesas, criado já em 1945, com o objetivo de agir em defesa dos direitos do homem do campo e da reforma agrária. Mas,

---

<sup>8</sup> A invisibilidade da contribuição econômica das mulheres rurais evidencia-se na denominação do seu trabalho como auxiliar e explicitam os laços familiares como mecanismos de reprodução hierárquica e de submissão entre os membros da família.

<sup>9</sup> Condição é entendida como o estado natural no qual se encontram as mulheres, sua pobreza, salário baixo, desnutrição e capacitação, sua excessiva carga de trabalho, etc. Posição é entendida como o status econômico, social e político das mulheres comparado com o dos homens, isto é, a forma como as mulheres tem acesso aos recursos e ao poder comparado aos homens.



como afirma Coletti (1998), foi na metade da década de 1950, quando as relações de trabalho no campo passavam por grandes transformações, que os trabalhadores rurais começaram a se rebelar contra as práticas coronelísticas que marcavam as relações de trabalho no país. O que nos permite afirmar que foram as péssimas condições em que os trabalhadores se encontravam que fizeram com que estes comessem a se organizar para as lutas de classe, na busca de melhores condições de vida e de trabalho. Uma ação possibilitada pela “quebra” dos laços coronelísticos que até então pautavam as relações sociais no campo, como afirma Coletti (1998):

O que ocorre é que, nos anos 50 e início dos anos 60, esse processo de quebra nas relações de dominação e dependência pessoal assumiu proporções tão significativas que os antagonismos de classe no mundo rural, até então mascarados pela obrigação de lealdade dos trabalhadores para com os senhores de terra explicitaram-se, resultando num intenso processo de luta de classes. (p.40).<sup>10</sup>

Em 1963, surge oficialmente a sindicalização rural, ainda e por divergências políticas e ideológicas internas, em substituição às Ligas Camponesas. Sua atuação ainda tímida e pontual começa a ganhar visibilidade quando se intensifica na sua pauta reivindicações pela reforma agrária, caracterizando as relações conflituosas que se estabeleceram no espaço rural brasileiro.

É neste cenário conflituoso que a partir da década de 1980 tem início a participação das mulheres trabalhadoras rurais nos sindicatos e organizações, intensificado pela luta pela terra (reforma agrária) no Brasil, que não garante a integração da mulher trabalhadora rural no processo de acesso a terra. Entretanto, como afirma Carneiro (1994), o fato das mulheres trabalhadoras rurais adquirirem uma participação mais efetiva nos movimentos sociais do campo a partir da década de 1980, não quer dizer que estivesse ausente das lutas travadas por camponeses e trabalhadores rurais em momentos anteriores, o que se observa, nessa época, é uma mudança na qualidade desta participação.

O que ocorria até então, era que a inserção feminina nos movimentos sociais no campo realizava-se, normalmente, através da participação dos respectivos maridos ou de outros familiares do sexo masculino que figuravam como representante de toda a família, como afirma Deere (2004). Tanto que, durante a metade da década de 1980, nos sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG havia a determinação de que somente uma pessoa por família poderia ser membro de sindicato, geralmente o homem chefe de família. Além disso, as mulheres eram raramente consideradas como trabalhadoras da agricultura, seu trabalho era *invisível*,

---

<sup>10</sup> COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo:** a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Editora da UNICAMP: Área de Publicação CMU/UNICAMP, 1998.



quer como trabalhadoras de família não remunerada ou, como trabalhadoras assalariadas temporárias. O que impedia uma participação efetiva destas mulheres no espaço do sindicato.

É neste novo cenário, como afirma Giulane (1997), que as mulheres começam a falar a partir de sua condição de mulher, condição constituída a partir de embates e lutas próprias. Uma nova realidade que traz em seu bojo um novo campo de forças onde o homem até então constituído como sujeito universal do direito, passa a disputar com a mulher um espaço antes totalmente dominado pelo sexo masculino.

Neste sentido, pode-se afirmar que a luta da mulher no campo se inicia na busca do reconhecimento profissional de sua lida na lavoura, bem como na necessidade de documentos que provem esta situação. Onde, segundo Giulane, o processo de conquista dos direitos trabalhistas e cidadania, apontam para a importância das organizações sindicais e outras formas de organizações comunitárias na construção desse tipo de demandas. Processo em que as mulheres reconhecem que não basta serem produtoras, trabalhadoras, é preciso ser reconhecidas como tal.

Prosseguindo nesta análise, buscaremos apresentar uma breve análise sobre as relações de poder no espaço do sindicato de trabalhadores rurais de Francisco Sá/MG.

#### *Gênero e poder no espaço do sindicato de trabalhadores rurais de Francisco-Sá/MG.*

O surgimento do sindicato dos trabalhadores rurais de Francisco-Sá/MG, não é diferente do da maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais no país, a não ser por algumas características que foi adquirindo ao longo da sua trajetória, às quais analisaremos num segundo momento. O sindicato estudado foi criado em 1987, período em que, como na maior parte do país, o meio rural passava por importantes transformações e as relações sociais estavam sendo modificadas.

A sua criação foi pensada, dada às péssimas condições de vida, falta de informação sobre direitos sociais, como aposentadoria, por exemplo, e exploração pelas quais os trabalhadores rurais do município passavam. Neste cenário a mulher trabalhadora era ainda mais explorada uma vez que recebia sempre menos que o homem pelo seu trabalho, mesmo desempenhando atividades semelhantes, sendo muitas vezes, a mão-de-obra preferida do fazendeiro empregador. Entretanto, consideramos que no caso deste município, por si situar na região Norte do Estado e possuir características semelhantes às do Nordeste brasileiro e se localizar distante dos centros de



decisões/poder, o processo de des-enraizamento das práticas coronelísticas<sup>11</sup> tenha sido mais lenta, o que pode ter causado interferência na organização e desenvolvimento deste espaço de “poder”, tornando-o essencialmente masculinizado.

O processo de construção deste espaço não foi simples, encontrando várias resistências numa luta que colocava em lados opostos trabalhadores - que acreditavam que da organização poderia advir benefícios difíceis de serem conquistados individualmente - e patrões – que buscavam intimidar os trabalhadores afirmando que a sindicalização iria atrapalhar o acesso ao “trabalho” pelo trabalhador, e que uma vez sindicalizado não encontraria mais “trabalho”, pois o fazendeiro não mais ofereceria oportunidade aos mesmos.

Neste espaço foi criado o sindicato de trabalhadores de Francisco-Sá, que atualmente é composto por cerca de aproximadamente 4.449<sup>12</sup> associados, provenientes de todo o município, englobando um universo bastante heterogêneo, dadas peculiaridades de cada comunidade. Deste total, cerca de 2.800 associados é composto por mulheres, um número significativo, considerando a desvantagem feminina em termos populacional na zona rural do município que é de 4.833 mulheres para 5.532 homens.

Assim, considerando os quase 23 (vinte e três) anos de existência deste sindicato, constatamos que em nenhum momento da sua história uma mulher ocupou e/ou se candidatou a um cargo de poder de decisão na sua Diretoria. O atual presidente, quando perguntado da pouca participação Feminina na Diretoria, sai em defesa das mulheres num discurso que procura enfatizar a capacidade e importância das mesmas no sindicato, afirmando que as mulheres são mais “jeitosas”, mas, que na verdade as mesmas não “querem” assumir esse tipo de responsabilidade por não possuir tempo suficiente para o desempenho das mesmas, uma vez que possuem outras atividades a serem desempenhadas na residência e nas comunidades onde residem, mas que estas têm participação sim, como secretária, e suplentes de tesoureiro, por exemplo, atividades caracteristicamente femininas e/ou que não necessitam de tomadas de decisões. Neste espaço é necessário considerar ainda, que em todo esse período de existência, apenas dois associados assumiram a presidência numa “eleição” que ocorre através da aclamação, processo que também elege o secretário, tesoureiro e seus respectivos suplentes, indicados pelo presidente. Também esta

---

<sup>11</sup> O termo Coronelismo aqui utilizado é entendido como o conjunto de ações políticas de latifundiários (denominados de coronéis) em caráter local, regional ou federal, caracterizado pelo domínio econômico e social para a manipulação eleitoral em causa própria ou de particulares. Fenômeno social e político típico da República Velha, caracterizado pelo prestígio de um chefe político e por seu poder de mando.

<sup>12</sup> Dados fornecidos pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Francisco-Sá/MG em pesquisa realizada em abril/2010.



situação é justificada pela dificuldade de composição de uma chapa de oposição para concorrer ao cargo, o que não tem ocorrido nos últimos anos.

Entretanto, de acordo com a fala de algumas associadas entrevistadas, percebe-se, ainda hoje, um receio em assumir o cargo maior do sindicato, como afirma a entrevistada<sup>13</sup> D. Rosa: “Tenho medo de não dar conta e os outros falarem depois, também não posso deixar a propriedade, por isso não candidato.” De acordo com D. Maria, outra entrevistada, “as mulheres não se candidatam porque são mais acomodadas, tem medo de não serem aceitas e os homens acharem que não dão conta, mas que também nunca foram convidadas a montarem uma chapa.” Estas colocações nos fornecem pistas de que, apesar de nunca terem ocupado um cargo de presidente na diretoria do sindicato, demonstra um interesse velado das mesmas em assumir um, mas que é calado pelo medo de “decepcionar” o sexo oposto. Por outro lado, a grande justificativa para o “desinteresse” em concorrer aos cargos da diretoria recai na falta de tempo, apontado como fator principal para uma não participação mais efetiva das mulheres no mesmo.

Outro ponto que merece atenção se refere aos motivos pelos quais os trabalhadores e trabalhadoras rurais buscam a associação no sindicato, e que também pode oferecer indícios dos motivos que levam as mulheres a se associarem em quantidade maior à comparada ao sexo masculino. O objetivo das mulheres trabalhadoras ao se associarem podem ser resumidos em três motivos específicos: acesso ao salário natalidade, auxílio doença e aposentadoria. Entre os homens trabalhadores a situação é semelhante, pois também buscam a associação ante um motivo específico, sendo os mais comuns, a busca pelo auxílio doença e a aposentadoria.

Neste sentido, pode-se afirmar, a partir destas informações, que no caso deste sindicato, a busca pela associação se resume basicamente na busca do acesso a benefícios sociais, e o sindicato, neste caso, acaba atuando apenas como meio informacional para “facilitar” o acesso aos benefícios, assumindo uma função meramente burocrática. Entretanto, o atual presidente afirma que vem crescendo nos últimos cinco anos uma procura por jovens de ambos os sexos, pela associação no sindicato, o que pode significar um reflexo da elevação na formação educacional do jovem trabalhador rural que começa a enxergar no sindicato, um espaço de representação significativo para a defesa dos interesses do trabalhador, indo além de um simples mecanismo de acesso a benefícios sociais, permitindo uma interpretação diferenciada da dos próprios pais e avós.

---

<sup>13</sup> Como não tivemos permissão para utilizar o nome real das entrevistadas utilizaremos de nomes fictícios para nos referirmos às mesmas. Pesquisa realizada em abril/2010.



Portanto, a “invisibilidade” das trabalhadoras no sindicato de trabalhadores rurais de Francisco-Sá/MG, reflete ainda hoje uma forte dominação masculina, uma dominação simbólica, como afirma Bourdieu (1999), mas que consegue colocar no “anonimato” um grande contingente de trabalhadoras.

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos habitus e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. (p.49/50)<sup>14</sup>

### *Considerações finais*

A partir do exposto, pode-se afirmar que, ao contrário do que ocorreu em outros sindicatos do país, no sindicato de Francisco-Sá as mulheres não se empoderaram, mesmo contando com um número superior de associados. Refletindo numa submissão, resultante daquilo que Bourdieu, (1999, p. 7-8) chamou de, “Violência simbólica, violência suave, insensível à suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” e que permitiu a submissão feminina por muito tempo em sua trajetória. Sua presença se resume numa participação passiva, para usar um termo de Diaz (1994), uma vez que não existe um engajamento como ocorre na participação ativa. Pode-se afirmar também que no caso do nosso objeto pesquisado, o significado de participação talvez ainda não tenha sido trabalhado junto aos associados no sentido de construir um conceito geral para o mesmo, uma vez que, como afirma Díaz, (1994, p.46) “apesar de a participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa.” Assim, de acordo com as informações obtidas do sindicato, pode-se afirmar que uma participação efetiva não irá acontecer num passe de mágica, mas que a mesma necessitará de um esforço conjunto do envolvidos para que esta seja construída e de fato se efetive.

Ainda nesta perspectiva, de acordo com Sales (2007), os movimentos sociais, como espaço inovador das relações de poder, criam e recriam novas formas de reivindicar e estabelecer relações com o poder institucional. No entanto, eles não se isentam de posições tradicionais de desigualdades de gênero. Uma posição que pode “justificar” o não esforço dos homens para uma participação mais

---

<sup>14</sup> BOURDIEU, Pieere. 1930. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.



efetiva das trabalhadoras mulheres na hierarquia do sindicato, bem como na manutenção de práticas machistas no interior do mesmo.

Buscará as trabalhadoras deste sindicato, no futuro, uma maneira de “usurpar” o poder das mãos masculinas, ou continuará a se adequar a atual realidade escondendo os desejos de uma participação mais direta no mesmo? Mas esta é uma questão que só o tempo poderá mostrar, pois, os caminhos escolhidos por estas trabalhadoras é que determinará a qualidade da sua participação.

### *Bibliografia*

AMARAL, Waldiléia R. da Silva. *Mulheres rurais do Pará: participação nos sindicatos de trabalhadores rurais*. Fazenda Gênero8. Florianópolis, agosto, 2008.

ANTUNES, R. *O que é sindicalismo*. São Paulo. Abril Cultural: Brasiliense, 1986.

BOURDIEU, Pieere. 1930. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CARNEIRO, Maria José. *Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero*. Rev. Estudos Sociedade e Agricultura nº 2. Junho 1994: 11-22.

CARNEIRO, Maria José e TEIXEIRA, Vanessa Lopes. *Mulher rural nos discursos dos mediadores*. Rev. Estudos Sociedade e Agricultura nº 5. Novembro 1995: 45-57.

COLETTI, C. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Editora da UNICAMP: Área de Publicação CMU/UNICAMP, 1998.

DEERE, Carmen Diana. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2002.

DÍAZ, Bordenave, Juan E. *O que é participação*. 8ª Ed. São Paulo; brasiliense, 1994. Coleção Primeiros Passos.

GIULANE, Paola Cappellin. *Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). In História das mulheres no Brasil. 2º ed. São Paulo: Contexto, 1997.

LAGARDE, Marcela. *Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia*. Madrid, Horas & Horas, 1996.

SALES, Celecina de Maria Veras. *Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos*. Ver. Estud. Fem. v. 15 n.2 Florianópolis maio/agosto. 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v.15, nº2, jul./dez. 1990.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)*. RBCS nº. 17, ano 06. Out. de 1991.